



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, SEGUNDA FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 129ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Otássio Pereira.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Bufara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão Matos Leão, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Nilso Sguarezi, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 115/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 157/74, de autoria do Deputado Antonio F. Costa, que declara de Utilidade Pública, o 1º de Maio Esporte Clube, com sede nesta Capital. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeita o Projeto mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 20, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 122/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e Lúcio Machado.
À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Bufara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes, (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão Matos Leão, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Nilso Sguarezi, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

45/75

Curitiba, 4 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio número 14/75, celebrado em 8 de julho de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os nºs 176 e 177/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

02/75: Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de Utilidade Pública a Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.698. — **Agradeça-se.**

17/75: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Telêmaco Borba, imóvel onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercer, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.697. — **Agradeça-se.**

Do Senhor Chefe da Casa Civil, Senhor ARMANDO QUEIROZ DE MORAES, em resposta ao ofício desta Casa de Leis. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Coordenador JOÃO JOSÉ BIGARELLA, no qual encaminha a esta Casa, a Resolução do Simpósio Internacional sobre o Quaternário. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor JORGE AZEVEDO, no qual solicita aos Senhores Deputados apoio ao memorial enviado ao Ministro NEY BRAGA, da Educação, a fim de que o mesmo, inicie um movimento mais amplo e favorável à divulgação do livro em nossa Pátria. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer ao Exmo. Sr. Governador, para que autorize a COPEL, efetuar ligação da rede de energia elétrica no Distrito de Pindorama, município de Xambê, ligação de alta necessidade, para aquela localidade.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja oficiado ao Ministério da Agricultura, ao Senado e Câmara Federal, dando ciência da existência de uma Minuta de Anteprojeto de Lei de Proteção aos Cultivares, que circula em áreas oficiais e condenando qualquer iniciativa tendente a sua aprovação ou à elaboração oficial de anteprojeto sem que passe por amplo processo de divulgação e discussão nas entidades patronais e de trabalhadores agrícolas do país.

Seja dada ciência desta decisão às entidades de classes rurais do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 99/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º — Fica comedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. JOÃO DE MEDEIROS CALMON.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1975.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Entre os nomes realmente merecedores de destaque na vida nacional como grandes trabalhadores na área política e da iniciativa privada, figura, sem dúvida, o de um tradicional amigo do Paraná, o Senador capixaba João de Medeiros Calmon. Trata-se, realmente de um renomado batalhador pelo desenvolvimento do País, atuante permanentemente nos campos da comunicação de massas e no da educação, sempre atento ao imperativo da defesa dos interesses nacionais e do progresso econômico-social das comunidades brasileiras. Um batalhador com cuja voz e ação sempre pudemos contar, nós, os paranaenses, através

de sua valorização de nossa terra como uma das maiores fontes da riqueza do Brasil e como modelo de integração de filhos de todas as regiões de nossa Pátria.

O Senador João de Medeiros Calmon é um ilustre e sincero amigo do Paraná que nunca nos faltou com sua palavra de estímulo e de confiança nos dias amargos, como agora mesmo se atestou em Londrina, ao afirmar sua plena convicção de que o Paraná, o tradicional vencedor de obstáculos, saberá também superar os efeitos da recente geada que dizimou nossos cafezais mantendo sua liderança na cafeicultura.

Além disso, João Calmon tem sido um obstinado analista dos problemas da educação no Brasil, o que o identifica com a tradição desta Assembléia, e do povo paranaense, na busca de soluções às questões educacionais. Autor de "A EDUCAÇÃO E O MILAGRE BRASILEIRO", escrito em função de pesquisas por ele realizadas desde 1969, declarou em discurso de lançamento de seu livro que pretende dedicar o resto de sua vida aos problemas educacionais do Brasil pois considera a educação "uma meta prioritária".

Em suma, um grande e operoso parlamentar e empresarial, que há muito se fez merecedor de receber desta Casa Legislativa o título de Cidadania Honorífica do Paraná.

Além extenso e brilhante Curriculum Vitae, anexo dispensa maiores comentários quanto a oportunidade deste plano de lei ora submetido à apreciação desta Augusta Casa de Leis.

"CURRICULUM VITAE" — Senador João de Medeiros Calmon

JOÃO DE MEDEIROS CALMON nasceu na localidade de Baunília, município de Colatina, Estado do Espírito Santo, no dia 7 de setembro de 1916.

Filho do Sr. Augusto Pedrinha Du Pin Calmon e de Dona Virgínia de Medeiros Calmon.

Começou a estudar na Escola Pública de Baunília, que frequentou até 1927, ano em que se transferiu para Vitória, Capital do Estado, onde se matriculou no Ginásio São Vicente de Paulo.

Terminado o Curso Ginásial, seguiu para o Rio, em 1933 a fim de cursar a Faculdade Nacional de Direito.

Em fins de 1937 entrou para os "Diários Associados", e começou a trabalhar como repórter do "Diário da Noite", do Rio de Janeiro.

Formou-se em Direito em dezembro de 1937.

Em princípios de 1938, partiu para Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, a fim de dirigir, por designação de seu Chefe, o Sr. Assis Chateaubriand, o "Correio do Ceará", jornal da cadeia dos "Diários Associados".

Em 1940, incorporou, por compra, à rede dos "Diários Associados", o matutino "Unitário" de Fortaleza.

A partir de 1943, passou a viajar pelo nordeste e extremo norte do País, fundando o adquirindo para os "Diários Associados" novas empresas de jornais e estações de radiofusão. Estendeu ou ampliou a rede de diários e emissoras "associadas" ao Amazonas, Paraná, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Em 1943, foi eleito Presidente do Aéro Clube do Ceará.

Casou-se, em Fortaleza, a 25 de novembro de 1944, com a Sra. Maria Terezinha Santiago Calmon, de tradicional família cearense, filha do Sr. Felipe Santiago Lima (já falecido) e de Dona Adélia Chaves Santiago.

Em 1946, já era Diretor de 13 empresas "associadas" em 6 Estados do norte e nordeste.

Entre as campanhas de benemerência social que lançou no norte e no nordeste, merece destaque especial a da construção da grande Maternidade Popular (Escola) de Fortaleza, hoje um dos maiores e mais modernos estabelecimentos hospitalares especializados existentes no Brasil.

A Maternidade de Fortaleza, considerada a Casa da Mãe Pobre do Ceará, conta com mais de cem leitos para indigentes e

dispõe de moderníssimo equipamento, inclusive de uma estação de televisão com circuito fechado. Foi inaugurada a 14 de dezembro de 1963, com o nome oficial de "Maternidade Escola Assis Chateaubriand".

Em 1955, quando já se encontrava em Recife, dirigindo as empresas "associadas" do norte e do nordeste, foi chamado ao Rio de Janeiro pelo Sr. Assis Chateaubriand, a fim de dirigir a Rádio Tupi, a Rádio Tamoio e a Televisão Tupi.

Quatro meses depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, assumiu a Direção Geral dos "Diários Associados", atingindo, assim, aos 38 anos de idade o mais alto posto dessa Organização.

Como Diretor Geral dos "Diários Associados", subordinado apenas ao Sr. Assis Chateaubriand, continuou a expandir a Rede de Jornais e emissoras, fundando e adquirindo novos órgãos. Dedicou-se com especial empenho a ampliar o número de estações de televisão, instalando emissoras de TV em várias cidades do País: Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém.

Em 1962, já havia incorporado aos "Diários e Emissoras Associadas" 38 novas empresas de jornais e estações de rádio e de televisão.

Foi o primeiro Vice-Presidente (o primeiro Presidente foi o próprio Sr. Assis Chateaubriand, fundador da organização "associada") da Comissão Plenária do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, órgão supremo que controla as empresas "associadas". Foi eleito para a Vice-Presidência por unanimidade de votos de seus 21 companheiros do Condomínio.

Em 1962, atendendo aos apelos dos partidos políticos de seu Estado natal, candidatou-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados tendo sido eleito na legenda do PSD (Partido Social Democrático) com a maior votação jamais recebida por uma candidatura a Deputado Federal no Espírito Santo, em toda a história política daquele Estado.

Foi reeleito Deputado Federal pelo Espírito Santo em 1966 obtendo novamente a maior votação entre os candidatos à Câmara.

Foi Presidente (reeleito) da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), entidade que congrega todas as empresas de radiodifusão e de TV no Brasil.

Como líder da comunidade que trabalha em rádio e em TV no Brasil, comandou em 1962, a batalha que de resultou a derrubada dos vetos apostos pelo Governo Federal ao projeto de Código Brasileiro de Telecomunicações. Essa vitória sobre os vetos presidenciais que restringiam violentamente as atividades das emissoras garantiu a sobrevivência da liberdade de informação no País, através das emissoras de radiodifusão e de TV no Brasil.

Foi Presidente da Seção Estadual da ARENA no Espírito Santo.

Foi Presidente do Sindicato das Empresas de Radiodifusão do Estado da Guanabara.

Membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa.

Em outubro de 1963, lançou a idéia, logo a seguir concretizada, da "Rede da Democracia", poderosa cadeia de mais de cem emissoras de todos os Estados do Brasil, transmitindo diariamente programas políticos em defesa do regime.

A 24 de fevereiro de 1964, teve o seu nome homologado unanimemente na Convenção Nacional do Partido Social Progressista como candidato à Vice-Presidência da República nas eleições de 1965, como companheiro da chapa do Sr. Adhemar de Barros.

Em novembro de 1964, visitou a Alemanha Ocidental, a convite do Governo de Bonn, como membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos), reunida no Rio de Janeiro em novembro de 1965.

Teve a sua vida narrada por David Nasser, num livro biográfico intitulado "João Sem Medo", que saiu em 1965.

Em janeiro de 1966, iniciou a grande campanha nacional contra a infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio, e na televisão do Brasil.

Em abril de 1966, foi indicado pelo Marechal Costa e Silva, numa lista de quatro nomes da ARENA entre os quais deveria ser escolhido o candidato à Vice-Presidência da República.

Foi eleito "Personalidade do Ano" pela imprensa, rádio e televisão de Pernambuco, em 1966.

Publicou dois livros em 1966: DUAS INVASÕES e O LIVRO NEGRO DA INVASÃO BRANCA, ambos narrando a história de suas lutas, primeiro contra a invasão vermelha dos tempos do governo comunizante de João Goulart, e Leonel Brizolla, e depois contra a infiltração de capital estrangeiro na área (proibida pela Constituição) do rádio, da televisão e da imprensa.

Em 05 de novembro de 1966, recebeu o título de "Cidadão do Ano", conferido pela Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco.

Membro, na qualidade de observador, da delegação brasileira que acompanhou o Presidente da República, Mal. Costa e Silva, à reunião dos Chefes de Estado, em Punta Del Este (Uruguai), em abril de 1967.

Autor da emenda que cria Academias Políticas no Brasil, incluída na Lei Orgânica dos Partidos.

Membro do Conselho Consultivo da Associação Interamericana de Radiodifusão (ARI) na IX Assembléia Ordinária, realizada em Buenos Aires, em junho de 1967.

Em 20 de novembro de 1967, recebeu o título de "Jornalista Padrão", outorgado pela PUC de Pernambuco.

Participou, como presidente da ABERT, da conferência "National Association of Broadcasters", realizada em Chicago (USA) em março de 1968.

Em 16 de abril de 1968, eleito Presidente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados pela unanimidade de seus membros, em substituição ao primeiro Presidente, e fundador dos "Diários Associados", Sr. Assis Chateaubriand, falecido em 04 de abril de 1968.

Em 18 de junho de 1968, pronunciou conferência no "Brazilian Institute", da Universidade de Nova Iorque, sobre a influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública do Brasil.

Em 13 de outubro de 1968, participou, como delegado brasileiro, da XXIV Assembléia Geral da Associação Interamericana de Radiodifusão (AIR), em Miami, Flórida, USA.

Em 18 de março de 1969, pronunciou no "Overseas Press Club", de Nova Iorque, conferência sobre o Brasil.

Em 22 de maio de 1969, lançou a campanha da Década da Educação, ao agradecer ao "Lions Internacional", em Recife, a concessão do troféu "Humanitarian Award", ao Embaixador Assis Chateaubriand.

Em 17 de outubro de 1969, pronunciou na Escola Superior de Guerra conferência sobre Educação.

Em 12 de novembro de 1969, foi empossado como membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Em 20 de novembro de 1969, foi eleito 3º Vice-Presidente do Diretório Nacional da ARENA, na Convenção Nacional realizada em Brasília.

Em 15 de novembro de 1970, eleito Senador pelo Estado do Espírito Santo.

Em 10 de dezembro de 1970, recebeu das mãos do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo o Diploma de Senador.

Em 28 de janeiro de 1971, proferiu conferência sobre Educação em San José da Costa Rica (Costa Rica), em reunião promovida pelos "Partners of the Americas".

Eleito Senador por 157.887 votos, pelo período de 1971 a 1979, tomou posse em 19 de fevereiro de 1971.

Em 04 de abril de 1971, reeleito Presidente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, para o triênio 04 de abril de 1971 a 04 de abril de 1974.

Em 20 de janeiro de 1972, é nomeado, pelo Presidente Médici, Assessor Especial da Comissão Executiva Central Coordenadora das Festividades do Sesquicentenário da Independência

Entrega no Senado, desde 1971, a Comissão de Educação e Cultura, como vice-presidente, e a Comissão de Relações Exteriores.

Em 03 de março de 1973, empossado no cargo de Delegado governamental do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (IBEEC), órgão da UNESCO no Brasil, para o qual foi nomeado pelo Presidente da República.

Em 28 de março de 1973, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em 10 de maio de 1973, especialmente convidado pela mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, pronuncia, naquela casa, conferência sobre "O Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil".

Em 09 de julho de 1973, na Guanabara, participa, como Presidente de Honra da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), da Conferência Internacional sobre Telecomunicações.

Em 22 de julho de 1973, em Guadalajara, México, participa como Delegado do Brasil, da I Conferência Internacional sobre Periodismo Educativo, realizado sob os auspícios da OEA e da Universidade de Guadalajara.

Em 21 de setembro de 1973 pronuncia conferência na Faculdade de Administração e Finanças da UEG sobre Educação — Prioridade Imperativa para o Desenvolvimento.

Em 09 de outubro de 1973, em São Paulo, participa do Forum Econômico promovido pelo The Chase Manhattan Bank.

Em 15 de outubro de 1973, na Guanabara, participa, como representante designado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, de um curso sobre Política Internacional ministrado pela Escola Superior de Guerra.

Em 29 de novembro de 1973, na Comissão de Educação, do Senado, em Brasília, debate problemas educacionais brasileiros com o Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho.

Em 19 de março de 1974, reeleito (pela segunda vez) presidente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, para o triênio 04 de abril de 1974 a 04 de abril de 1977.

Em 17 de junho de 1974, profere conferência sobre comunicação no Seminário Interamericano de Comunicação, realizado na Universidade de Stanford, Califórnia.

Em 26 de agosto de 1974, participa de Curso na Escola Superior de Guerra sobre Fatores Psico-Sociais, como representante do Senado.

Em 07 de outubro de 1974, participa, como representante do Senado Federal, de Curso sobre Política Interna, ministrado pela Escola Superior de Guerra. No final desse curso, participou, como representante, do Poder Legislativo, de painel sobre o novo modelo político brasileiro, ao lado do ex-Ministro Pratini de Moraes e do Desembargador Graccho.

Em 1974, como Orador Oficial do Senado, proferiu discurso no Congresso Nacional, na sessão solene comemorativa ao 109 aniversário da Revolução de 31 de março de 1964.

Em 27 de novembro de 1974, lançamento nacional, em Brasília, do livro de sua autoria "A Educação e o Milagre Brasileiro", publicado pela Editora José Olímpio.

Em 11 de dezembro de 1974, entrega ao Presidente Geisel que o recebeu em entrevista privada, um exemplar do livro "A Educação e o Milagre Brasileiro".

Em 13 de março de 1975, indicado pela Presidência do Senado Federal para presidir a Comissão de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Nós todos assistimos no último mês de julho, o advento das geadas do Paraná e em grande parte do Brasil. Verificamos também, logo a seguir, com muita satisfação, as providências tomadas pelo Governo Federal destinando 8,1 bilhões de cruzeiros para a cafeicultura brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em viagem que fizemos ao interior do Estado verificamos que a situação é das mais difíceis, uma vez que até a data de hoje o Banco do Brasil e os bancos estaduais não receberam nenhuma instrução do IBC, para o financiamento e refinanciamento do café geado, fazendo com que o desestímulo e a desesperança mais uma vez cheguem ao homem do campo, porque o IBC recomendou logo após as geadas, que não se mexesse no pé de café. As famílias, os colonos nas diversas propriedades estão ficando sem trabalho. O Governo, através do Ministério do Trabalho, disse aqui no Paraná, que os lavradores teriam garantia de emprego e teriam garantia de trabalho.

As informações do IBC deveriam ser dadas através do Banco do Brasil — até o momento, até hoje 18 de agosto ainda não chegaram às redes bancárias, fazendo com que nós tenhamos a preocupação de verificar que o IBC não terá a estrutura necessária para fazer a verificação "in loco", das geadas, para opinar tecnicamente qual o sistema ou qual o plano daquele anunciado que será empregado efetivamente em cada propriedade.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, esta urgência de que venham às agências bancárias as instruções necessárias para que se façam as operações de refinanciamento é urgentíssima, uma vez que os proprietários encontram-se sem saber — o Norte — sem saber qual a atitude a tomar porque não se pode mexer no café, até que o técnico do IBC venha dar o seu parecer técnico.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, preocupados com esta situação, apresentamos nesta tarde um requerimento urgente, que deverá ser enviado, um telex, de apelo, ao Presidente do IBC e do Banco do Brasil, para que tomem providências e remetam às agências bancárias as necessárias instruções ao financiamento e refinanciamento do café geado, bem como para as culturas intercalares uma vez que no plano anunciado pelos jornais, nacionais, dia 7 de agosto, já há 11 dias atrás, dava conta de que a lavoura intercalar também seria permitida e financiada pelo IBC, pelo Banco do Brasil, com prazos mais longos do que o ano agrícola tradicional.

Portanto, pedimos a esta Casa que aprove, nesta tarde, este requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, se expõe com urgência, via Telex, apelo à Presidência do Instituto Brasileiro do Café, e Presidência do Banco do Brasil, a fim de que seja remetida às agências bancárias, necessárias instruções ao financiamento e refinanciamento do café geado, bem como das culturas intercalares.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1975".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados, desta tribuna, referendávamos a denúncia da cidade de Ponta Grossa na Câmara Municipal de Vereadores, de que a SANEPAR, órgão estadual estaria, em minha região e particularmente Ponta Grossa, fazendo com que a imagem do Governo do Estado fosse distorcida num sentido de comprometimento de convênios a serem cumpridos, e hoje, após ouvirmos

naquela ocasião um relatório pelo qual também escrito, da SANEPAR, através do ilustre colega, Deputado Gilberto Carvalho, queremos trazer ao Paraná um relatório de uma comissão pedida em meu município, o qual, in loco, verificou as condições atuais da SANEPAR, no que concerne à distribuição de água na cidade de Ponta Grossa.

(Lendo): "A Comissão designada pelo Prefeito para verificar a situação da Estação de Tratamento de Água de Ponta Grossa, formada por três técnicos e um Vereador, conforme indicação do Vereador Ernani Pilatti, fez ontem pela manhã, a entrega ao Dr. Amadeu Puppi, do relatório sobre a visita à Estação de Tratamento de Água de Ponta Grossa, sob a responsabilidade da SANEPAR.

Em sucessivas iniciativas o Prefeito Municipal Amadeu Puppi, tem procurado atender os reclamos da população, quer através de dois contratos mantidos com o Diretor-Presidente da SANEPAR, na Capital do Estado, engenheiro Léo Lintzmayer, quer através de expediente solicitando informações à concessionária estadual, telex enviado ao Ministro do Interior, Rangel Dias, indagando dos recursos necessários e dos projetos para construção do esgoto sanitário da cidade, ou nomeação de comissão para verificar a situação da ETA, e ainda, contato a ser mantido, segunda-feira, com o Secretário do Interior do Governo do Estado, juntamente com autoridades locais, para procurar equacionar o problema.

"O Relatório.

O relatório sobre a visita à Estação de Tratamento de Água de Ponta Grossa entregue ontem ao Prefeito, tem o seguinte teor:

"De acordo com a Portaria nº 901/75, de 14.08.75, do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Dr. Amadeu Puppi, o grupo de trabalho composto pelo Vereador Ernani Pilati, Engenheiro Flávio Serpa Griebeler e Hudson da Cunha Zanon, e Bioquímico Sanitarista Dr. Alberto Estefano Guilhermer Kloth, em companhia do Engenheiro da SANEPAR, responsável pelo Sistema de Ponta Grossa, dirigiu-se à Estação de Tratamento de Água, no Jardim Carvalho, a fim de dar o cumprimento ao solicitado na referida portaria, qual seja, verificar as condições em que se encontra aquela unidade de tratamento, bem como sua operação e conservação.

I - Descrição sucinta das Unidades Filtrantes.

A Estação de Tratamento de Água de Ponta Grossa, construída em 1972, é composta por 8 (oito) unidades filtrantes, denominadas "UP FLOW", e popularmente conhecidos por "filtros russos" com capacidade de projeto, para 50 litros por segundo por unidades, totalidade, portanto 400 litros por segundo.

É uma estação de tratamento que está dotada dos meios técnicos que são utilizadas nas Estações de Tratamento de Água convencionais, pois utilizadas nas Estações de Tratamento de Água convencionais, pois utiliza os mesmos produtos químicos que são empregados por estas últimas, como o Sulfato de Alumínio, substância utilizada em solução que tem o poder de reagir com a Água e absorver as impurezas nela contida, após a sua dispersão e mistura completa bruta, pelo poder de aglutinação que o Sulfato de Alumínio realiza depois de dispersado na água.

Nos filtros de movimento ascendente de água, como também são conhecidos em nosso meio, também se emprega o Cloro líquido, para fim de desinfecção e de garantir um residual na rede distribuidora, onde podem ocorrer possíveis contaminações. É empregado igualmente, o hidróxido de cálcio, com fins de correção do pH.

II - Aspectos Analisados.

O grupo de trabalho foi informado que a SANEPAR assumiu o sistema de abastecimento de água de Ponta Grossa em 27 de janeiro de 1975, e, que, somente em data de 13 de agosto de 1975, iniciou os trabalhos de recuperação das unidades filtrantes que já apresentavam, naquela época deficiência de construção.

O mesmo grupo de trabalho constatou que das oito unidades

des filtrantes, 4 estão fora de operação, sem possibilidade nenhuma de produção, nem que sejam recuperados.

Constatou-se ainda que das unidades que se encontram em funcionamento, em número de 4, três apresentam problemas de construção do fundo falso, podendo funcionar em caráter precário, enquanto que apenas um, tem condições de funcionalidade normal, pois tem o seu leito filtrante na altura especificada pelo projeto, enquanto que os três primeiros tem seu leito filtrante abaixo das especificações, motivadas pelas perdas ocorridas por ocasião das descargas de fundo, quando da lavagem dos filtros. Além do mais, constatamos que as chapas de acrílico, dispostas sobre as canaletas de água trata nos pontos de passagem da água dos filtros, para esta, encontram-se quebradas, possibilitando contaminação, agravado pelo fato de que as demais chapas de ferro, dispostas ao longo dessa canaleta não permitem perfeita vedação, fazendo com que serragem, areia e outros detritos de limpeza, caiam no líquido já tratado e em condições de ser distribuído após correção de cloração.

O grupo de trabalho constatou ainda que a canaleta de água tratada, localizada na parte externa posterior da Estação de Tratamento de água, que recebe água das duas canaletas internas e que se liga ao Reservatório de água tratada, acha-se em alguns trechos aberta e sem qualquer proteção, bem como a proteção, que existe por tampas de cimento, a exemplo das de ferro, estão a possibilitar contaminação, pois grande é o resíduo que se acha sobre as mesmas, principalmente nas juntas, além de serem passarela de ligação da unidade filtrante com o reservatório.

O grupo de trabalho ainda constatou que, as unidades filtrantes que estão em funcionamento, apresentam na superfície, livre, floculação e partículas em suspensão que confirmam a deficiência que vem funcionando e isso, aumenta consideravelmente o arrastamento de impurezas e principalmente de bactérias, para o reservatório que, segundo informações prestadas, apresenta grande quantidade de lodo em seu fundo, e que, por certo, diminuiria o perigo da água para o consumidor, se fosse lavado de tempo em tempo.

O grupo de trabalho constatou ainda que, com relação às análises de rotina física e química, apenas algumas vêm sendo realizadas periodicamente em Ponta Grossa, tais como, turbidez, cor, pH, residual de cloro, residual de alumínio, matéria orgânica (oxigênio consumido) e alcalinidade, sendo que as demais são realizadas em Curitiba, junto à administração de Recursos Hídricos (ARH juntamente com a análise bacteriológica).

Em continuidade da visita, o grupo de trabalho foi conduzido pelo engenheiro da SANEPAR, à sala de preparo das soluções químicas (sulfato de Alumínio e Cal) onde constatamos que, com relação ao primeiro produto, a bomba dosadora estava injetando ar nos tubos pois o tanque de sulfato, que estava conectado às bombas dosadoras, encontrava-se vazio enquanto que o segundo tanque de sulfato que estava carregado de solução, achava-se desligado das dosadoras através de um sistema de comando de registro de pressão, com relação aos tanques de solução de Cal, nada constatou-se de irregular.

Em seguida, na sequência da visita, fomos ainda conduzidos pelo engenheiro da SANEPAR até a galeria de tubulações onde pudemos constatar a presença de grande quantidade de areia e seixo no fundo da galeria, bem como, de pedaços de madeira e grande volume de água disperso por todo o local.

Constatamos ainda que nesta galeria ocorre vasamentos nas válvulas que comandam a abertura e fechamento dos filtros, existindo ainda, nesta galeria, a presença de forte odor fético, cuja origem desconhecemos.

III - Conclusões

Em face do que foi apreciado e relatado, o grupo de trabalho considera como precária as condições de operação das unidades filtrantes que não têm possibilidade de filtrar 200 litros por segundo, e que seria normal se as 4 unidades em funcionamento estivessem em perfeitas condições.

Ainda pelo que foi apreciado e relatado, consideramos insatisfatória a proteção dada à água tratada desde a saída dos filtros até o reservatório anexo à Estação de Tratamento, comprometendo a qualidade e aspecto da água a ser distribuída.

Ainda pelo que foi apreciado e relatado, consideramos o insuficiente o número de pessoas que atendem o funcionamento da estação, pois se assim fosse, a dosadora não estaria injetando ar no lugar do sulfato de alumínio e as condições de higiene e limpeza seriam mais condizentes com uma Estação de Tratamento de Água. Evitar-se-ia, também, exames laboratoriais complementares fora da cidade, conforme vem ocorrendo atualmente, pois tal fato pode acarretar uma demora no conhecimento do resultado das análises o que acarreta maior demora na correção das irregularidades, se houverem.

Consideramos ainda de extrema urgência e imediata execução a recuperação das quatro unidades filtrantes paralisadas e, das três, com deficiência, a fim de que a cidade não venha a se ressentir de falta de água no próximo verão, época em que a demanda da água aumenta consideravelmente.

O grupo de trabalho, extranha o fato de que a SANEPAR não mantenha em nossa cidade um técnico de nível superior que prestasse maior atendimento ao tratamento de água no seu aspecto qualitativo.

E, finalmente, sugere ao Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa que se tome as medidas necessárias, o mais breve possível, para pronto restabelecimento da Estação de Tratamento de Água a fim de que a população venha a receber água em quantidade e qualidade satisfatória em retribuição às significativas tarifas que os pontagrossenses vêm pagando a esses serviços imprescindíveis.

Ponta Grossa, 15 de agosto de 1975. Vereador Ernani Pilatti, Engenheiro Flávio Serpa Griebeler, Engenheiro Hudson da Cunha Zanoni e Dr. Alberto Estefato Guilherme Kloth."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já estávamos a dever esta justificativa de vir a esta tribuna dizer da missão que a Presidência desta Casa me outorgou, a fim de representar, não só a Presidência, mas este Poder, na solenidade de promulgação da Carta Constitucional do novo Estado do Rio de Janeiro, resultado da fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.

Quero registrar a lição de hospitalidade, de atendimento, de carinho e dedicação que aqueles Parlamentares dispensaram a nós outros que representávamos a Assembléia do Paraná naquela solenidade.

É meu dever, ao prestar contas à Presidência e ao Poder, também requerer o encaminhamento de ofício agradecendo ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia do Rio de Janeiro, ilustre Deputado José Pinto e ao Deputado Victorino James, daquele mesmo Legislativo.

Com esta intenção elaborei o seguinte requerimento: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, respeitosamente requer a V. Exa., após ouvido o douto plenário desta Casa, se digne determinar o encaminhamento de ofício ao Exmo. Sr. Deputado JOSÉ PINTO, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, bem como ao Exmo. Sr. Deputado VICTORINO JAMES, da mesma Casa de Leis, no sentido de agradecer a alta consideração, apreço e hospitalidade com que aquele Poder, representado principalmente pelos referidos e ilustres parlamentares, acolheu o representante da Presidência e do Legislativo paranaense, quando se fazia acompanhar de sua esposa, por ocasião da solenidade da promulgação da Carta Constitucional do Novo Estado, bem como pela espe-

cial atenção e honroso atendimento que lhes dispensaram durante todo o tempo em que permaneceram na Capital Maravilhosa.

A deferência, a lhanza e a demonstração de elevado respeito com que o cerimonial daquele Legislativo se apresentou, nobilitando com distinção o ato solene, merece o reconhecimento e os sinceros cumprimentos deste Parlamento.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1975."

Em seu lugar, Sr. Presidente, quero aproveitar o tempo regulamentar que me resta, para apresentar uma sugestão, num requerimento, ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Já tramitou nesta Casa um projeto - se não me falha a memória - de autoria do Deputado Jorge Sato, relativamente à modificação do Decreto 741 que ensejava o melhor disciplinamento no que diz respeito ao exercício profissional dos despachantes.

Corroborando aquele mesmo pensamento, e iniciativa e diante de diversos aspectos e contactos que meu gabinete manteve com elementos do DETRAN, achei oportuno sugerir o que está no corpo deste requerimento, do qual passo a ler. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, respeitosamente requer a V. Exa., após ouvido o douto plenário desta Casa, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando a sua atenção no sentido de que seja atualizado o Decreto 741 de 9 de setembro de 1971, que "Regulamentou o Exercício Profissional de Despachantes de Trânsito", sugerindo-lhe, nesse sentido, o estudo, por seu assessoramento, dos seguintes pontos:

1. Concurso com validade para dois anos;
2. Direito de escolha, por classificação de nota, do local de trabalho, de conformidade com as vagas existentes;
3. Diminuição da proporção Despachantes/Veículos, de 1/1.000 para 1/750;
4. Fica instituído que poderão ser concedidos pedidos de remoção, a critério da autoridade competente;
5. Direito a pedidos de permuta;
6. Ampliação de poderes às autoridades para aplicação de sanções, visando coibir possíveis abusos, inclusive impedindo-se permutas com vantagens pecuniárias para qualquer das partes;
7. Alteração da forma de concursos, facilitando-se a inscrição de candidatos, o que possibilitará uma melhor seleção de profissionais.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, em contacto que nosso Gabinete manteve com o Assessoramento do DETRAN, tomamos conhecimento de que o Decreto 741, de 9 de setembro de 1971, já não podia atender os propósitos para os quais fora elaborado.

Estando completamente superado, este regulamento vem causando sérios problemas para o Departamento Estadual de Trânsito, no que diz respeito ao adequado tratamento que deve ser dispensado à profissão de Despachantes.

Tanto o Estado como esses profissionais, de longo tempo procuram encontrar a redação ideal para a legislação específica que há de disciplinar essa matéria, convenientemente.

Contando com assessoramento dos mais capacitados, certamente aquele Departamento, mediante autorização e orientação do Chefe do Poder Executivo, encontrará a melhor maneira para que essa regulamentação possa realmente atender de forma eficaz o problema sob o prisma atual.

O fato de haver ocorrido uma troca de idéias, anteriormente, já comprova a intenção de se buscar um ponto comum que

satisfaça a meta que poderá ser atingida, com o total apoio do Poder Executivo, a quem compete a lavratura de novo decreto

Nossa sugestão, visa contribuir para o aperfeiçoamento das instituições pertinentes a esse relevante assunto."

Era o que queríamos encaminhar à Mesa e à apreciação do douto plenário (com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente

Não se encontrando presente o nobre Deputado Nilso Sguarezi, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a palavra no Grande Expediente desta tarde, para apresentarmos três requerimentos.

O primeiro deles, Sr. Presidente, diz o seguinte: (Lê):

"Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o plenário, requer a V. Exa., se digne oficialiar ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que o mesmo informe se já foi ou não feita inspeção por aquele órgão, na cidade de Janiópolis, sobre um "curral" para gado, existente dentro da cidade e, em sentido positivo, quais as soluções tomadas para o caso.

Sala das sessões, 14 de agosto de 1975."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já dizíamos, no começo desta Legislatura, que não tínhamos vindo para esta Casa do Povo para brincar.

Temos sentido, como todos os outros Deputados desta Casa, que os nossos requerimentos pedindo providências, não têm sido atendidos.

Há mais de 60 dias, Sr. Presidente, o nosso requerimento foi encaminhado à Mesa. E sabemos, por informações extra-oficiais, que o requerimento de nossa autoria fora encaminhado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social. Acontece que até hoje, não recebemos, daquela Secretaria, daquele órgão do Governo, nenhuma providência, nenhuma solução, para a situação.

Reiteramos agora, esse nosso pedido, que não é meu, Sr. Presidente, que não é deste Deputado que não reside em Janiópolis, mas daquele povo que, cada vez que passo por lá, cobra-me a solução, porque não tem mais condições de sobreviver, tal a fedentina daquele município.

Acho até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social está concordando com aquela fedentina, com o estrume que invade aquela cidade.

E quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que enquanto não houver uma solução pra o caso, não me cansarei de vir, aqui nesta tribuna, representar o povo de Janiópolis, porque o Governo, através de seu órgão, através de sua Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, preocupa-se pelo menos, já que se esqueceu de tudo, com a saúde do povo.

O segundo requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados é o seguinte: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o PLENÁRIO, requer a V. Exa. se digne fornecer-lhe a informação da situação e andamento do projeto de lei, aprovado por esta Casa, dando um nome ao plenário de "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS".

Tal requerimento se prende pelo fato de atraso da matéria requerida e, até hoje, sem dúvida, sem devida solução.

Sala das sessões, 14 de agosto de 1975".

Requeremos também, Sr. Presidente, que a Mesa envie a este Deputado informações sobre o nosso projeto que até agora

não apareceu nesta Casa. Parece que tudo aqui se processa no sentido de atrapalhar o trabalho dos Deputados.

o terceiro requerimento. Sr. Presidente, é o seguinte Lê

"Sr. Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o PLENÁRIO, requer a V. Exa. se digne oficialiar aos Exmos. Srs. Governador do Estado do Paraná, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e Secretário de Justiça, no sentido de, a pedido de uma população toda, evitar o desmembramento do município de MARILUZ da COMARCA DE GOIOERÊ para a COMARCA DE CRUZEIRO D'OESTE.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1975".

Sr. Presidente, há poucos dias assistimos neste plenário as palavras do líder do governo e não nos esquecemos do que disse, que durante esse período revolucionário se fazem até milagres, e nós até concordamos. Eis aqui, Sr. Presidente, um dos milagres do governo revolucionário. Tentativa que já consta no projeto de Divisão e Organização Judiciária, o desmembramento do município de Mariluz, da Comarca de Goioerê, para a comarca de Cruzeiro do Oeste.

Verdadeiro milagre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, milagre político, a tentativa desse desmembramento. Diz o órgão do governo, que esse desmembramento se dá pelo fato da vantagem de um trecho de asfalto que liga Mariluz a Cruzeiro do Oeste.

Medíocre argumento, a não ser que o governo que aí está, para quem Goioerê dedica toda confiança, esteja como os outros que passaram, nos enganando e nos embrulhando. Está aí uma promessa de que Goioerê será atendido pela atual administração Jayme Canet Júnior, com o ligamento asfáltico Campo-Mourão/Goioerê. Não prevalece, então, para esse desmembramento, a opinião do governo. Mas, Sr. Presidente, deixaram os desmembradores políticos de atinar para as desvantagens: mais da metade do município de Mariluz se encontra na Comarca de Goioerê e simplesmente um cornedor de terra se encontra ligado ao município de Cruzeiro do Oeste.

A maioria da população reside na zona rural.

Os proprietários da zona rural teriam que fazer, ocorrendo esse desmembramento, nova transcrição imobiliária em Cruzeiro do Oeste.

Para financiamento no Banco do Brasil teriam que requerer certidão vicentenária de que não há onus em Cruzeiro do Oeste, e depois voltar a requerer em Goioerê onde é a sede do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e as transferências do título eleitoral e seus transtornos. Para a vida civil se exige, em todos os seus atos, certidão do Cartório do Distribuidor, do Cartório Eleitoral e do Cartório do Cível.

Para que se tenha uma noção, Sr. Presidente, o Distrito Judiciário maior de Mariluz, que hoje é município da comarca de Goioerê, situa-se simplesmente a 18 km e o Sr. Secretário de Justiça quer que ele se una à Comarca de Cruzeiro do Oeste, numa distância de 60 kms.

Este é um verdadeiro milagre do Governo Revolucionário pretender unir contra a vontade do povo de Mariluz, do povo de São Luiz, do Prefeito e de seus Vereadores da Câmara de Goioerê com a comarca de Cruzeiro do Oeste, município que dista a 30 km da minha cidade.

Por informações extra-oficiais, Sr. Presidente, este desmembramento se dá pelo fato de que o Sr. Secretário de Justiça possui familiares nos Cartórios da comarca de Cruzeiro do Oeste. O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de informar a V. Exa. apenas para cumprir com o meu dever de Deputado, que se encontra no Tribunal de Justiça um abaixo assinado dos Vereadores da Câmara Municipal de Mariluz, assinado pelo Prefeito e outras autoridades, solicitando

que o Distrito Judiciário de Mariluz passe a pertencer a Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Portanto, a manifestação de Mariluz, através de seus legítimos representantes, Chefe do Poder Executivo e Câmara Municipal é no sentido de que Mariluz passe a pertencer a comarca de Cruzeiro do Oeste.

V. Exa. terá oportunidade, como Deputado e como Bacharel, de conversar com o Presidente da Comissão organizadora da nova legislação Judiciária, e verificar o abaixo assinado dos representantes da Câmara Municipal de Mariluz e de seu Prefeito Municipal.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa. e gostaria de informar a V. Exa. e à Casa que consta no Tribunal de Justiça o arrendimento do Prefeito e dos Srs. Vereadores, dizendo que por um ato impensado assinaram esse pedido, e que revogaram, pelo segundo requerimento, pelo segundo pensamento, aquele primeiro que hoje é vontade do Prefeito de Mariluz e dos Vereadores de Mariluz, bem como do povo de Mariluz, que, Mariluz continue pertencendo por todos os sentidos, à comarca de Goioerê.

Também quero dizer a V. Exa., que tem havido pressão do Sr. Secretário da Justiça, para que prevaleça o primeiro requerimento, e que este Deputado que representa aquele povo tanto de Goioerê quanto de Mariluz não vai permitir e não vai se calar.

Por isto encaminho este requerimento à Mesa para que o Governo e os seus órgãos tomem providências, para que depois não seja tarde demais para reparar um erro político.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, tenho acompanhado o pedido de Mariluz na Comissão de Representantes daquele povo, também sou o deputado mais votado da ARENA naquele município, conto com o apoio dos Vereadores e do Prefeito Municipal e posso assegurar a V. Exa. de que o desejo dos Vereadores e do Prefeito é no sentido de que Mariluz passe a pertencer à Comarca de Cruzeiro do Oeste.

O que houve, na verdade, é solicitação do povo de Goioerê através de suas autoridades, através de seus Vereadores para que Mariluz continuasse a pertencer à Comarca de Goioerê. Não quero crer que S. Exa. o Sr. Secretário da Justiça, Túlio Vargas, não tenha nenhum interesse, como V. Exa. quer afirmar; por outro lado também posso afirmar a V. Exa. de que o requerimento deveria ser dirigido ao Tribunal de Justiça e não ao Governador, porque o Tribunal de Justiça é que soberanamente, através de uma Comissão de 5 Desembargadores está elaborando plano de lei que está sendo submetido a esta Assembléia, através do Governador do Estado.

Portanto, tenho a impressão que o requerimento que V. Exa. irá formular deveria ser dirigido ao Tribunal de Justiça.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço mais uma vez o aparte que V. Exa. ofereceu, e terei a oportunidade de trazer a V. Exa. a fotocópia do ofício encaminhado pelo Prefeito de Mariluz e Vereadores, há questão de 30 ou 40 dias ao Tribunal de Justiça, pedindo o não desmembramento do município de Mariluz, da Comarca de Goioerê, e farei questão de exibi-la desta tribuna.

Sei muito bem que meu pedido deveria ser encaminhado ao Tribunal de Justiça, mas, como vejo manobras políticas, terei também que dar o alerta para que tal abuso não aconteça ao povo que pediu — eu tenho documento — o não desmembramento do município de Mariluz, e V. Exa. pode certificar-se disto num simples telefonema ao Prefeito, que, numa Comissão de Vereadores de Goioerê esteve há cerca de 40 dias nesta Capital, pedindo o não desmembramento, porque o ato teria sido impensado, porque havia pressão para que passasse à Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Sr. Deputado, quero dizer a V. Exa. que, sempre que

ocupar esta tribuna eu a ocuparei com argumentos que eu prove com documentos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria, se V. Exa. me permitir, apenas para ilustrar o belo discurso de V. Exa. nesta tarde, assegurando que eu estive participando desta Comissão, juntamente com o Prefeito Municipal de Goioerê, que é da ARENA, que estive nesta tribuna solicitando que Mariluz não passasse a pertencer à Comarca de Cruzeiro do Oeste, Entretanto, foi uma solidariedade que o Prefeito e que os Vereadores de Mariluz prestaram a uma cidade vizinha de Goioerê. Tenho para mim, nobre Deputado . . .

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Então estou com a verdade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... uma solidariedade, não no sentido de que realmente Mariluz deseja permanecer no primeiro entendimento, entendimento de que Cruzeiro do Oeste irá facilitar o seu serviço. Acredito como V. Exa. há de acreditar, que o representante da Câmara dos Vereadores de Goioerê, todos eles querem que o nós queremos, que é o melhor atendimento judiciário que se faz premente no Estado do Paraná e portanto todos nós, representantes do povo esperamos com muita ansiedade que venha à esta Casa a nova lei de Organização Judiciária.

Gostaríamos apenas, nobre deputado, de firmar um ponto de vista que foi Mariluz que solicitou ao Tribunal de Justiça, e não como V. Exa. está afirmando, por parte do Secretário do Interior e Justiça nenhuma pressão no sentido de que Mariluz passasse a pertencer a Cruzeiro do Oeste.

O meu pronunciamento é nos entido de que estou colaborando com o seu raciocínio.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Então houve a Comissão, Se não houvesse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo através dos seus órgãos, usasse nas suas atitudes pelo menos o mínimo de bom senso e ouvisse os clamores do povo as necessidades do povo.

Esta atitude do desmembramento só trará, por certo, dificuldades ao povo de Mariluz, ao povo de S. Luiz e tirará de Goioerê a nossa almejada criação da 2ª Vara, tirará nossas forças não será justiça o que estão pretendendo.

Nós encaminhamos à Mesa, Sr. Presidente, nosso requerimento para que o Governo, através do seu órgão, antes de tomar esta atitude, pense um pouco e examine, não faça como tem feito até agora, tudo por simples pedidos políticos.

Este nosso requerimento, esta a nossa palavra, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a informar ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, com referência à Comissão de Constituição e Justiça, que o projeto de sua autoria que propõe a designação do nome do ex-deputado Waldemar Daros ao plenário desta Casa, encontra-se na CCJ, tendo sido advogado como relator o Sr. Deputado Presidente da referida Comissão, Deputado Accioly Netto.

O terceiro orador inscrito é o Sr. Deputado Del Ciel. Não se encontrando no plenário, com a palavra o quarto orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "O Paraná encontra-se em difícil situação, está numa encruzilhada no seu processo de desenvolvimento, porém já sabíamos que a escolha dos rumos estão previamente determinados para os caminhos mais tortuosos e mais difíceis. Ao longo dos difíceis caminhos de nossa evolução econômica e social, o povo paranaense realizou uma admirável obra de pioneirismo e construção de riquezas, tendo contra si além da natureza bruta, a administração pública montada sobre seus ombros.

Ao trabalho e ao trabalhador rural em particular, deve este Estado os aspectos mais positivos de seu desenvolvimento.

Mas isso não é reconhecido por todos, muitas vezes costumam inverter as coisas e apregoar que os governos realizam a produção através de doutrinas e aparelho burocrático; chegam a estabelecer um divisor de águas entre o trabalhador e seus direitos e os dirigentes e seus grandes direitos. Não faz muito tempo, nossos ouvidos foram abalados por vozes demagógicas neste recinto, que constestam e proscrevem o direito universal das classes trabalhadoras de utilizarem seu principal instrumento de defesa que é a palavra e seu mais importante instrumento de ação que é a recusa ao trabalho explorado, sofrido e exaurido.

Esses oradores inovam o direito, estão dando lições ao mundo, de como se deve construir o paraíso social em que as classes trabalhadoras aceitem a tutela dos que as exploram.

Em nome da ordem contra a desordem, da organização contra o caos, dos mais elevados princípios sociais, obscuras vozes da Idade Média, saem à luz nestes tempos da energia nuclear através de grandes oradores nesta Assembléia popular, cause assombro a este modesto deputado. Vim aprender nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com os mais atilados e experientes homens públicos, alguns com vários lastros de atividade política, homens que convivem com a produção, as artes e ofícios. Ouvia dizer que a demagogia estava sendo combatida e seus últimos traços abafados.

Estou a ouvir uma lição errada, em local errado. Se assim é, muita razão tem a liderança do Governo e ARENA em duvidar da evolução dos costumes políticos e da capacidade de nossos homens públicos.

Só que faltou esclarecer ao ilustre e brilhante líder conjugado da ARENA e Governo que as deficiências do que se está a chamar a classe política não estão onde se procura; resultam das idéias minoritárias, eletistas, impositivas, antipopulares, que negam direito à manifestação de pensamento, ao direito de trabalhar e negar-se a trabalhar ao direito de recusar o patronato que a demagogia oferece-lhe na tutela de pessoas e grupos satisfeitos com o silêncio a este tipo de desenvolvimento.

Terá razão o coro nacional que conclama à imaginação política, à reforma dos hábitos e costumes, para que possamos avançar? É por demais evidente, mesmo para aqueles que vieram aqui aprender, que não se trata de um simples engano, de um equívoco... Não há imaginação nem reforma capaz de justificar o injustificável, o aberrante, nem capaz de acender vela onde a escuridão e o túnel captam os ventos de angústia social.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos aqui para falar da situação do Paraná, do desenvolvimento ameaçado. Entretanto, enquanto governo e seus representantes se preocupam em dirigir à sua maneira impositiva os destinos de todos, enquanto as vozes autorizadas dos corifeus legislativos dizem para as classes trabalhadoras e para os políticos da oposição, como devem trabalhar e se comportar, com assanhados arreganhos discricionários, todo o esforço das classes produtoras encontra grandes obstáculos e os paranaenses se encontram na encruzilhada de reencetar heróicos esforços para retomar uma tarefa já feita uma vez.

Estamos vivendo ciclos de aperto e relativo desafio de produção, pela incapacidade de nossos dirigentes. A ação governamental antes, durante e depois de 1964, tem tido graves deficiências naquilo que é mais importante: uma linha, uma política que dê assistência e garantia aos produtores diretos. Se de um lado melhoramos em aspecto da estrutura produtiva, se melhoramos a organização das atividades produtivas, se crescemos em meios de controle, fiscalização e planejamento, deixamos de lado a participação decisiva dos produtores na estrutura e no sistema produtivo, substituindo-os por delegados tecnocratas que se compõem muito bem com interesses antipopulares e antinacionais, em grande parte dos casos. As vozes que defendem essa situação pretendem sufocar e impedir as manifestações populares de protesto.

Enquanto essa situação aflitiva, do ponto de vista geral, é enfrentada pelas classes laboriosas, sem consciência civilizada

nem consciência crítica, nem posição aberta, a preocupação governista é bem outra. Calar, silenciar, impedir, impor são as preocupações dominantes. O Paraná, então, deve sentir que essas melhoras não atingem o mais importante, que é a liberdade e o direito. E mesmo que se esteja marcado por vícios de formação — e toda uma geração se formou politicamente sem conhecer e viver a democracia — não é possível deixar de reconhecer que a causa principal das distorções existentes e da incapacidade de o governo resolver e atuar decisivamente reside na ausência de discussão e da decisão popular.

No caso do Paraná, por exemplo, toda a atoarda publicitária sobre a sapiência da equipe governamental e de seu líder, não consegue esconder a pequenez do pensamento, a confusão das idéias e dos planos. Vendo falar o Sr. Secretário da Educação, o do Planejamento e o da Agricultura, de um lado parecem conhecer e saber o que deve ser feito, porém se aprofundarmos o estudo sobre o que falam e fazem, notamo-los perdidos e blaosnar sobre assuntos sérios. Escapa-lhes a essência das questões tratadas; teses como Educação Explícita quando se homenageia a impopular memória das grandes transações de terras devolutas; teses sobre a industrialização, um tipo de industrialização contestada, como a salvação final para um Estado ainda essencialmente agrícola; falas e interpretações sobre a estrutura de produção rural e seus resultados, sem que se vislumbre uma posição, a capacidade de estabelecer prioridades, a ousadia necessária para salvar a produção e seus setores mais ameaçados.

O assunto pode ser tomado por cômico, mas é muito sério. Choca e scandaliza quando o Paraná se vê envolvido por por tantos problemas agudos de agricultura e outros setores rurais; quando se vê ameaçado de estrangulamento, seus líderes se apresentam à opinião pública como enviados dos deuses, tudo pensado e analisado através de um Plano de Objetivos e Metas que ninguém viu e que serve de suspensório para frases literárias em textos e discursos governamentais.

Vim aprender nesta Casa com os homens que maiores experiências somaram, com os homens que têm acesso à INTELIGÊNCIA organizada na equipe de assessores do Palácio do Governo. E então fico em dúvida sobre se sou tão mal aluno das lições que estão sendo ensinadas pela classe política no seu setor governamental ou a pedagogia e a didática que confundem a população têm que confundir-me também.

Não faz muito, li uma entrevista do economista Luiz Antonio Fayet, diretor-presidente do BADEP, dizendo que a centralização econômica do país prejudica a industrialização do Paraná e que a descentralização preconizada ou não está sendo entendida ou alguma coisa dificulta sua aplicação. Não sei qual o pensamento das autoridades estaduais a respeito da industrialização do Paraná, mas sei que se lança uma campanha de polo petroquímico sem que se saiba sobre o conjunto da economia paranaense, particularmente sobre a situação da indústria do Paraná.

Mas, as autoridades do setor também são responsáveis por uma distorção político-econômica que deu ênfase à industrialização se travar a luta necessária para elevar nosso nível de produção agrícola e capitalizar o campo. A maioria das iniciativas ficou por conta do Governo Federal, sem que o Paraná tenha sua posição clara e decisiva sobre o problema. O Governo do Estado do Paraná continuar mantendo equipes caras de técnicos para se informar ligeiramente sobre os grandes problemas de nossa situação econômica e possibilidades de desenvolvimento, não assumir nem leva em conta os estudos que se fazem, pois lhe basta dar publicidade de que temos estudos a respeito e que tudo está pensado. Leva esses pedidos ao Governo Central para justificar seus pedidos a um tecnocrata federal diz que não por quaisquer razões pouco esclarecidas e tudo volta à situação anterior. Estado sem posição, sem filosofia de governo, sem governo, qualificado, Estado da Educação Explícita, que são palavras do Governador na inauguração do histórico Grupo Escolar de Paranavai; mas Sua Excelência não disse que essa Educação Explícita é o

cáos, a desorganização e a desorientação, porque bonita em palavras e em amplos traços mas não compreendida nem aplicada por ninguém neste País; a não ser por caricatura de por a Educação ao serviço da subqualificação profissional, em detrimento da formação dos nossos estudantes.

A batalha da assistência técnica, dos adubos e defensivos das sementes qualificadas, do financiamento, dos preços mínimos e da comercialização o Governo do Paraná quando muito apenas subsidiou os estudos do Ministério da Agricultura e do Governo Central. Timidamente o Governo do Paraná não tem vom a não ser em seus editais burocráticos e políticos.

Senhor Presidente, e Senhores Deputados:

A linha política e a linha econômica oscilam apenas no que se refere à produção. No restante, ela é imutável e firme. Os ciclos de produção refletem bem o que é essa sinuosidade a respeito dos produtores e seus direitos. O café do Paraná entra agora num novo ciclo de ajustamento às exigências de outros Estados. De nada adiantou termos realizado em gigantesco esforço de 30 anos para assumir a vanguarda da produção cafeeira. Bastou que as geadas castigassem com maior veemência nossa principal zona produtora para que as cotas de plantio e replantio fossem leiloadas politicamente entre outros Estados, como Minas Gerais e Mato Grosso, Pernambuco e Bahia, cabendo a São Paulo, também percentualmente, o financiamento para que volte a ocupar a preeminência que abandonara em favor do trabalho pioneiro do Paraná.

Alguns técnicos estão a justificar a medida por causa dos efeitos climáticos a que estamos sujeitos de tempos em tempos. Este é um pensamento próprio dos tecnocratas; para eles os problemas sociais se resumem a produtividade e comercialização.

Um Estado que contribuiu e continua contribuindo para a economia brasileira com um quarto da produção e que detém o segundo lugar no valor da produção agropecuária nacional não pode ser aproveitado e abandonado a sua sorte.

Fala-se muito em planejamento e racionalização da produção, fala-se muito em programas e recursos, mas tanto o planejamento como as aplicações são ainda primários guardando os vícios antigos nas novas roupagens da tecnocracia brasileira.

Todavia, seria errado considerar que isso seja apenas um vício dos tecnocratas do Ministério da Agricultura. Além de as entidades patronais da agricultura se constituírem hoje em auditores formais do Governo Central e continuarem mudas as entidades de trabalhadores, a dependência e incapacidade dirigente dos governadores favorece este estado de coisas. Se há vozes pleiteando pelo empresariado rural, em fracos requerimentos, ninguém defende o trabalhador com a necessária força e perseverança e ninguém defende o bem-estar das populações porque ninguém defende os Estados e os Municípios.

O Paraná não tem pedidos a fazer sobre a produção cafeeira; o Paraná reivindica um direito: o de que se proceda a um estudo e se definam as medidas oficiais de apoio à produção cafeeira, plantio e replantio nas diversas áreas. O principal Estado produtor do café exige ser ouvido sobre seus reclamos e que se diga como, quando e onde, terá assistência como retribuição — ainda com sobras de juros para a nação — pelo muito que vem contribuindo para o enriquecimento nacional. Não será demais esperar que um Plano de Objetivos e Metas seja imediatamente formado com a colaboração direta das classes produtoras e seus representantes, juntamente com o Governo do Paraná. Medida que está tardando pela falta de iniciativas governamentais, mas que ainda poderá obter os resultados que todos desejamos para nosso Estado. Espero que o Chefe do Governo Estadual dê resposta imediata a essa proposição que não é uma exigência de um Deputado ou apenas de meu partido, mas um direito e uma exigência de todo o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, quinto orador inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Qualquer legislador brasileiro consciente, precisa realizar um grande esforço. Pôr-se e dispor-se civicamente, com suas graves responsabilidades políticas e sociais, para lutar pela causa pública. Depois do discurso presidencial, em que novamente o legislador retrocedeu no tempo e no século às câmaras corporativas sob os reinados absolutistas. É que o discurso do Presidente Geisel se abateu sobre a Nação Brasileira, fazendo-a reviver seus períodos mais negros de arbítrio e ameaça de ordenações.

Entretanto, os homens conscientes desta terra que não são beneficiários de qualquer poder distorcido, nem autolimitados a uma compreensão primária de sociedade, não aceitam o simples papel de eleitor qualificado e colaborador da discutível obra governamental. E assim lúcidos e coerentes, ante a grave responsabilidade do poder maior — que é a delegação popular — voltamos a atuar com nossa consciência de que mais de nossa ação do que dos desejos de alguns homens o movimento social e a história se realizam.

Crendo que é esse nosso papel, convoco meus pares nesta Casa a pensarem sobre as ameaças que pairam sobre o Brasil não só no aspecto político mas especialmente naquilo que lhe dá substância: o setor econômico e, neste, a produção direta.

Criou-se na Câmara Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades das Multinacionais. Ao primeiro impacto da criação, muitos problemas afloraram na Agricultura, na Pecuária, na Indústria, no Comércio, nas Finanças e no aparelho burocrático do Estado.

Movimentaram-se, esperançosas, as classes sociais: os camponeses e trabalhadores rurais, os operários, os estudantes e profissionais liberais, os pequenos e médios produtores; até os grandes produtores brasileiros se entusiasmaram como provam as notícias das entidades patronais de classe — para apoiar e passar a limpo a atuação dos grupos multinacionais que se apropriam da riqueza brasileira produzida por brasileiros.

De início, entretanto, a CPI das Multinacionais enfrentou contradições: em primeiro lugar o assentimento de um governo cuja filosofia de associação e dependência em relação aos grupos imperialista somente poderá resultar no presente impasse; em segundo lugar a falta de meios independentes para uma atuação independente, aberta e mobilizada da opinião pública brasileira, dentro de um quadro de restrições políticas; em terceiro lugar, a natural composição majoritária da ARENA, na sua maioria comprometida ou por decisão ou anuência com a política governamental, justamente o que estaria por ser questionado como substância do problema das multinacionais.

Bem verdade que a avaliação política de meu partido, ao criar a CPI das Multinacionais com apoio de setores da ARENA, comprovava que não há no seio do partido do governo o monismo decantado e que a minoria ativa age pela maioria constrangida. Contava, certamente, meu partido com a ativez e independência de muitos parlamentares das duas facções, que se tem revelado coerentemente, à espera de encontrar os meios lícitos para afirmação de suas idéias.

Temos a lamentar que a CPI das Multinacionais caminha para o encerramento de suas atividades sem ter podido responder às expectativas maiores que se formaram a respeito. Ainda não sabemos do que conseguiu até aqui, nem dos objetivos que se formaram no seio da própria CPI, mas desde já podemos dizer que ela se viu limitada a um funcionamento incapaz de mobilizar os brasileiros de todas as camadas sociais em sua própria defesa. A esta altura dos acontecimentos políticos e sociais que estão a ocorrer, o levantamento da situação genérica das Multinacionais que operam no País vem quase a encontrar um conhecimento razoável a respeito, resultando em pequenas consequências educativas. Talvez, obtenha relevância a ênfase ao mais grave problema brasileiro, que é a dominação de sua economia. Entretanto, temos que destacar que a grande questão ainda é também neste

assunto a decisão e participação popular, afinal a grande vítima do processo de apropriação de nossos recursos; e neste ponto, desde o começo, a CPI das Multinacionais esteve freada, impedida de funcionar plenamente, seja pelas restrições políticas existentes, seja por sua composição e meios.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago hoje ao conhecimento desta Casa uma questão de grande importância. Gostaria de convencer e mobilizar meus companheiros de Legislativo para uma tomada de posição a respeito. O assunto é de tal gravidade, a ameaça tão grande e a ousadia extraordinária que não pode passar sem que este Poder Soberano manifeste sua posição.

Estamos vivendo uma quadra difícil da economia brasileira. A época da expansão econômica de alguns setores nacionais está terminando; a receber agora o golpe de misericórdia na área rural. Em Estados como o Paraná, a situação é aflitiva. Não estamos dizendo que a vitalidade da economia rural brasileira terminou ou não tenha condições de recompor-se da política econômica governamental e dos flagelos climáticos; queremos apenas acenar que dentro das expectativas do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e dos estímulos que dá o Governo à agricultura nossa fonte produtora se está esgotando, exaurida.

Se não bastasse a exploração das Multinacionais com a venda de sementes preparadas, com a comercialização e as exportações a configurar a crescente monopolização da economia e vida brasileiras, agora se prepara o ato final do controle agrícola deste País. Os monopólios estrangeiros vieram acrescentando meios e poderes e sua interferência cada vez maior em nosso País. Sementes de alguns produtos, comércio de herbicidas, fungicidas e outros defensivos; fertilizantes; comércio e transporte de produtos agrícolas; estocagem; distribuição e comercialização dos produtos e resultados industriais; exportações: tudo vai montando uma teia de dominação em que o concorrente e o produtor nacional fica manietado ou deslojado a pequenas iniciativas não competitivas.

Senhores Deputados:

Os Grupos Monopolistas Multinacionais querem, agora, a exemplo mais direto do fumo, controlar o plantio não só diretamente por meios seus e indiretamente através da política do Ministério da Agricultura. Querem monopolizar as sementes. O que lhes garantirá o que plantar e como plantar, com que destinação comercial, pondo de uma vez por todas o agricultor brasileiro a serviço dos monopólios e seus interesses no mercado nacional e internacional.

Essas grandes empresas que procuram julgar a economia nacional e sua independência. Ao contrário do que pensam as atuais autoridades responsáveis: a independência da economia nacional somente estará assegurada se a produção estiver compatibilizada com os interesses sociais brasileiros e não de grupos, — essas grandes empresas já se capacitaram de que é possível dominar o mercado de sementes; já fizeram a avaliação de que embora cause estupor sua ousadia entre as grandes massas da população brasileira, têm respaldo em setor governamentais e no próprio Congresso Nacional. Estão a propor uma lei das sementes com o nome de Lei de Proteção aos Cultivares: trazendo para a sociedade brasileira uma prática econômica, uma ideologia estranha à nossa sociedade e seu nível de desenvolvimento: a ideologia econômica, técnica, monopolística e expropriativa, contrária aos supremos interesses nacionais. Idéias exóticas que não se afinam com o sentimento brasileiro e suas necessidades de sobrevivência. As idéias de exploração de nossas riquezas até o sumo, criando a aparência de aparência de desenvolvimento nacional pelos lucros e bem estar de grupos e na realidade aumentando a miséria e o sofrimento do povo brasileiro, o que vale dizer que a aprovação viria implicar em concessão de patentes aos lançadores de variedade, por parte do Governo. A utilização das variedades estaria sujeita ao pagamento de "royalties" pelos produtores que as viessem utilizar. Diante ainda de informações que temos recebido, a confirmar grupos internacionais estariam,

se fixando, associados a grupos nacionais tais como: Internacional Plant Greedin (IBB) X Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, Kleine Wanz Lebem X Ricasa, Cargill Pfizer, etc. voltando para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional mais avançada no campo de produção de variedades e sementes, o que poderá colocar as Cooperativas em situação delicada no relacionamento com os seus associados, que poderão deixar de se abastecerem junto às próprias Cooperativas por estas não disporem do acesso em material básico.

Estarrecidas, as Cooperativas do Paraná tomam conhecimento por vias indiretas das manobras das Multinacionais e avaliam as terríveis consequências sociais que deverão advir de tal lei".

Felizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda não foi aprovado pela Câmara Federal o Anteprojeto de Lei das Cultivares. Acharnos nós que mais uma vez caberia ao Paraná, através de sua Assembléia Legislativa, fazer despertar a consciência deste País, e tomar uma posição uniforme, forte e coesa, em defesa da riqueza e da produção agrícola nacional.

Iniciativas como estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez um tanto inusitadas, talvez um tanto por excesso de zelo, mas que são necessárias. Nós já denunciávamos aqui em outras oportunidades, também à priori, quando se pretendia a definição dos distritos florestais no Brasil, em que o Estado do Paraná estava fora de cogitação. Levantamos daqui também a criação das Sociedades de Economia Mista, e hoje, o Governo Federal, regulamentou através de projeto.

É nestas condições, Srs. Deputados, que vai daqui, a convocação cívica deste Poder, para que o Paraná se alie, e que haja proteção nas diversas lideranças deste País, para que abram os olhos, quando este projeto começar a tramitar na Câmara Federal, para que não sejamos, mais uma vez, espoliados, explorados e traídos pelo capital estrangeiro que pretende manejar a economia nacional.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Está encerrada a Hora do Expediente
Passa-se à ORDEM DO DIA.

com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela ordem), Sr. Presidente, requer a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE - Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

- (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 52/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 102/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Cambira, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 189/75, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que dispõe sobre licenciamento ou afastamento de servidores do Estado no que tange o parágrafo 4º do Art. 9º, do Decreto nº 12491, de 05.10.68. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. Com Substitutivo. — **Aprovado o Substitutivo.**

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 131/73, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública, o Serviço de Obras Sociais. - S.O.S., da cidade de Ponta Grossa, Pareceres favoráveis da CCJ e CF. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 79/74, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Porecatú. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ e favoráveis da CF e CIP. - **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI Nº 79/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Faculdade de Ciências e Letras, Filosofia da cidade de Porecatú.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

Palácio "Dezenove de Dezembro"

a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A faculdade cuja criação é proposta através da presente lei, terá dimensões regionais, atingindo todo o vale do Paranapanema que até agora está privado de uma escola de nível superior. Algumas centenas de jovens que já concluíram o curso de nível médio, ficaram preteridos em sua vontade de continuarem estudando, em consequência das dificuldades que encontram para se locomoverem para as cidades de maior recurso educacional. Também são levados em conta os gastos que normalmente teriam que realizar com transportes, anuidades, livros e as despesas naturais para alimentação. O vale do Paranapanema, pelo elevado número de cidades e dos jovens carentes de estudo superior, é merecedor de há muito da faculdade aqui proposta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE Lei Nº 79/74

Em virtude de se tratar de autorização, em leis cuja iniciativa cabe ao Poder Executivo, sua inconstitucionalidade manifesta.

Em tais condições, somos pela REJEIÇÃO do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) DÁCIO LEONEL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 79/74

Matéria meramente autorizatória, visando uma área dotar carente de educação, e ainda ficando o Poder Público com a decisão se concede ou não, a medida, somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, pois iria sanar uma grande falha do ensino paranaense na região.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

a) LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 79/74

De autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Porecatu.

Não obstante a medida aumentar a despesa pública, o que

é competência privativa do Governador, na forma do art. 35 da Constituição Estadual, somos favoráveis a esta iniciativa, tendo em vista que trata-se de um plano de lei meramente autorizatório.

Nestas condições, pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1975

a) ROSÁRIO PITELLI - Presidente

a) EDILSON ALENCAR - Relator.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize a COPEL, efetuar a ligação de energia elétrica no Distrito de Pindorama, município de Xambê.- **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo, a fim de que seja remetida às agências bancárias, necessárias instruções ao financiamento e refinanciamento do café geado, bem como das culturas intercalares.- **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a sua atenção no sentido de que seja atualizado o Decreto 741 de 9 de setembro de 1971, que regulamentou o exercício profissional de Despachantes de Trânsito, e sugerindo-lhe, nesse sentido, o estudo de diversos itens.- Em discussão - Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Fidelcino Tolentino requer que se encaminhe expediente ao Sr. Governador do Estado pedindo providências governamentais no sentido de que se faça alterações visando atualizar o Decreto Governamental 741, datado de 9 de setembro de 1971.

Ocorre, Sr. Presidente, que das sugestões apresentadas pelo eminente Deputado, quer me parecer que duas delas mereçam maior cuidado desta Casa: a contida no item primeiro, validando o concurso de despachante oficial do DETRAN, por um período de apenas dois anos.

Entendo, Sr. Presidente, que concursado e devidamente credenciado, a cassação da credenciação só deveria e poderia ser feita mediante processo administrativo que julgando incapaz no exercício da profissão, deve ter sua credenciação cassada.

Portanto, quer me parecer que a validade específica de dois anos para o concurso, se aprovado o candidato, não deve ter validade por tempo determinado.

E quer me parecer que o item quarto não está bem posto, porquanto o Sr. Deputado preconiza que poderão ser concedidos pedidos de remoção a critério da autoridade competente.

A mim parece que ficaria melhor posto, se o pedido de remoção fosse permitido, se houvesse existência de vaga na cidade para a qual pretende o despachante ser removido.

Portanto, o item quarto deveria ter uma alteração na sua redação: onde diz "autoridade competente" que se diga, subjugada à existência da vaga.

Porque, a autoridade da Secretaria de Segurança Pública e a própria direção do DETRAN entendem que é urgente a atualização do Decreto 741, e uma das medidas necessárias seria uma nova redação ao item que capacita o despachante a se transferir.

Todavia, essa transferência, naturalmente deve estar sujeita à existência de vaga na cidade para a qual o despachante pretende ser transferido.

Eram essas duas observações que desejaria fazer que, se não forem incluídas na nova redação, que o autor admita serem feitas no requerimento de S. Exa., que as notas taquigráficas deste meu pronunciamento acompanhem o expediente da Presidência que encaminha às autoridades competentes o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Srs. Presidente, Srs. Deputados.

S. Exa. o Sr. Líder do Governo se insurgiu contra os tópicos do meu requerimento, especialmente dos números 1 e 4. A questão me pareceu assim da forma como veio, que talvez não esteja bem posta. Data vênha, quero discordar de S. Exa. que a questão da postura e da forma léxica que usamos no nosso requerimento, decorre da interpretação de ordem pessoal, a respeito dos termos.

Todavia, no mérito, poderá evidentemente ser colocado desde que se consiga alcançar a objetividade do texto.

A parte do item primeiro, em que me refiro “concurso com validade para 2 anos, é porque é jurisprudência, inclusive dos próprios Tribunais, em concurso para preenchimento de cargos, por estar entendido que, normalmente, se deve dar validade por 2 anos. Percebo que não é discordância de pensamento nesse ponto. Porque o que se precisa fazer, pelo que eu noto, é uma exegese do que consigno no meu requerimento. Naturalmente num concurso em que é aprovado, fica o candidato, se houver vaga, para ser aproveitado, dentro do período de 2 anos.

E que isso fique consignado também nas notas taquigráficas, para não haver divergência de interpretação, já que houve discussão sobre o tópico. Daí aceito a sugestão de que se interprete e até fique consignado nas notas taquigráficas essa interpretação, de que o concurso terá validade por 2 anos, e que a pessoa aprovada no concurso, evidentemente que as aprovadas, terá direito, no caso de vaga, a ser aproveitada, no período de 2 anos.

Quanto ao item quarto, “fica instituído” me parece também que o termo não seria — concordo nesta parte, porque não é para ficar instituído; e na forma de sugestão, aceito as ponderações estabelecidas pelo Líder do Governo, quanto ao texto.

O que se pretendeu aqui, foi que poderá ser concedido pedido de remoção, a critério da autoridade competente, naturalmente condicionado às vagas.

Estou de pleno acordo com essa retificação e mais, com o registro da interpretação do item primeiro.

Achei que seria não só demasiado se fazer isso, porque naturalmente aqui na justificativa há menção, se não me engano, ao enas ligeira, a respeito disso.

Mas aceito como válida as sugestões, porque vêm trazer um esclarecimento no sentido do requerimento. Agradeço a colaboração do líder por esse esclarecimento e interpretação.

Muito obrigado. — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ACCIOLY NETTO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria me permitir, com relação ao requerimento do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, de não concordar, de divergir sua iniciativa.

Uma das inúmeras críticas que se faz hoje ao sistema constitucional vigente no país reside, exatamente, na diminuição, nas atribuições deferidas ao Legislativo. Em outras palavras, ao Poder Legislativo, quer federal, quer estadual e também às Câmaras Municipais, muito pouco se reservou no que diz respeito à sua competência. No entanto, ainda restou, para sorte nossa, que coubesse ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas

e Câmaras Municipais a competência de tratar de alguns assuntos. E. E, no elenco de competência concedida ao Poder Legislativo está, em relação ao Estado, o de legislar sobre funções relativas à administração estadual.

Entre estas funções encontramos, a de Despachante Oficial junto ao Detran.

Gostaria de recordar que nesta Casa tramita um projeto de lei de autoria do eminente Deputado Jorge Sato, disciplinando a função de Despachante Oficial junto à Secretaria de Segurança Pública, para tratar de papéis que não aqueles relativos ao Detran.

Por isto, não posso concordar que nós entreguemos o ínfimo de competência que seja para o Poder Executivo. Defendo por consciência até, o direito de nos reservarmos para o exercício pleno desta competência.

Acho que esta Assembléia tem a atribuição de legislar sobre a matéria. Não vejo porque devemos entregar ou delegar ao Poder Executivo esta tarefa legislativa. Afinal, viemos para cá com um mandato cujo objetivo principal é de legislar em tudo o que — diz respeito ao Estado.

Assim, me permitiria, com a devida vênha, sugerir a V. Exa. a retirada do requerimento para que nós, mediante projeto desta Assembléia, disciplinemos a função de Despachante Oficial junto ao Detran.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram se conservar sentados. Aprovado.

O Sr. Presidente da Assembléia Legislativa designa, para representar o Poder Legislativo no Congresso que deverá se realizar em Foz do Iguaçu de 20 a 23 do corrente, os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Vice-Presidente, representando a Comissão Executiva, Fidelcino Tolentino e Werner Wanderer.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, bem como ao Sr. Deputado Victorino James, da referida Casa de Leis, no sentido de agradecer a alta consideração, apreço e hospitalidade com que aquele Poder, representado principalmente pelos ilustres parlamentares, acolheu o representante da Presidência e do Legislativo paranaense, por ocasião da solenidade da promulgação da Carta Constitucional do Novo Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Secretário da Justiça, no sentido de, a pedido da população, evitar o desmembramento do município de Mariluz, da Comarca de Goioerê para a Comarca de Cruzeiro d'Oeste — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe se já foi ou não feita a inspeção por aquele órgão, na cidade de Janiópolis, sobre um curral para gado, existente dentro da cidade. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Senado e Câmara Federal, dando ciência da existência de uma minuta de Anteprojeto de Lei de Proteção aos Cultivares, que circula em áreas oficiais e condenando qualquer iniciativa tendente a sua aprovação ou à elaboração oficial de anteprojeto sem que passe por amplo processo de divulgação e discussão nas entidades patronais e de trabalhadores agrícolas do país. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do Expediente, solicitando sejam forne-

cidas informações quanto a situação do projeto de lei, já aprovado por esta Casa, dando nome ao plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de "Plenário Deputado Waldemar Daros." Atendendo o nobre Deputado autor do requerimento, esta Presidência pode informar que o referido projeto se encontra na C.C.J. e que o Sr. Deputado Presidente da mesma, avocou-o para relator.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de louvor ao Sr. Administrador da CNEC no Paraná, pelos esforços com que a referida instituição se espalha em todo o nosso Estado.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de louvor aos Srs. Presidente do Conselho Nacional e Presidente do Diretório Nacional da CNEC, face as suas altas finalidades no campo de educação do povo brasileiro, atuando em todos os quadrantes do país.— Em discussão, Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sexta-feira passada tivemos a oportunidade de verificar a apresentação de dois requerimentos, pelo eminente Deputado Egon Pudell, de aplausos ao Sr. Arnaldo Benjamim Sodré e ao Professor João Calixto Medeiros, pelo trabalho que vêm desempenhando junto à Campanha Nacional ESCOLAS DA COMUNIDADE.

É bastante justo este requerimento que ora apresenta, dados os relevantes serviços prestados ao Paraná, ao Brasil, pela pessoa de Benjamim Sodré que vem há muitos anos dedicando que apesar de sua idade avançada vem percorrendo todo este País levando à campanha ESCOLAS DA COMUNIDADE, a sua contribuição ao poder público, levando-a aos direitos que encontram dificuldade na criação de ginásios estaduais; lá, está a campanha, com a sua contribuição. Porisso pedimos neste momento a palavra para encaminhamento de votação, para registro do nosso contentamento por esta feliz oportunidade quanto da apresentação deste requerimento. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Egon Pudell. APROVADO.

Esta Presidência convida os Srs. Deputados, para o lançamento do livro do Senador João Calmon, "A EDUCAÇÃO E O MILAGRE BRASILEIRO", amanhã, terça-feira, às 18,30 horas, no Salão de Festas desta Casa. Estará presente o autor Senador João Calmon e na oportunidade os Diários Associados oferecerão um "cocktail" aos presentes.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que a sessão de amanhã será iniciada às 15,00 horas e na oportunidade, solenemente serão entregues títulos de Cidadão Honorário do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 131/73.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 147/74 e 52/75.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 592/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4108/75, de 29 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, ocupante do cargo de nível 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 593/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6415/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço de OPHIR FABELINO DE SOUZA, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classe de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 15 de dezembro de 1960 e 15 de outubro de 1970, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 594/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7029, de 11 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

retificar o Decreto Legislativo 104/65, de 04 de fevereiro de 1965, para declarar que o nome de GILBERTO LAMPARELLI DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é GILBERTO LAMPARELLI SILVA, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário